

RESENHA

OS RISCOS: PARADOXOS DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS CONTEMPORÂNEAS

*Silvia Helena Zanirato**

A constatação de que vivemos em uma sociedade de riscos, em um mundo de ameaças resultantes da modernização e do progresso não é nova. Há algumas décadas esse assunto tem sido objeto de discussão em vários campos do conhecimento. Sabemos então, que não se trata unicamente de reconhecer que fenômenos como mudanças climáticas, desastres ecológicos ou terrorismo internacional representam riscos globais e ameaças à destruição da vida no planeta, mas sim de compreender que vivemos em uma conjuntura na qual a sociedade se reconhece como causadora dos riscos que a afetam, e, por isso mesmo, clama pelo controle das ameaças que ela própria criou.

É em resposta a essa demanda que se pode situar o livro organizado por Yvette Veyret, *Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente*, um conjunto de textos que abordam os riscos por diversos ângulos.

A obra contempla reflexões de renomados pesquisadores a respeito do tema e é composta por quinze capítulos distribuídos em quatro blocos. No primeiro deles se encontra a introdução de Veyre, sua concepção do fenômeno e uma primeira análise sobre formas de gestão, na qual é detalhada a diferenciação dos riscos: naturais, industriais, tecnológicos, sociais e econômicos. No segundo, o exame de alguns aspectos dos principais riscos

* Professora da Universidade Estadual de Maringá - PR. Doutora em História pela UNESP, Pós-doutora em Geografia Humana pela USP.

que se colocam nos países em desenvolvimento. O terceiro bloco trata dos riscos naturais e tecnológicos aos quais os países ricos estão sujeitos e o quarto conjunto versa sobre os riscos econômicos e sociais presentes no mundo como um todo. Resumos introdutórios se encontram no início de cada capítulo, além de uma série de mapas, tabelas, quadros e boxes explicativos que promovem uma melhor compreensão das discussões apresentadas pelos autores.

Na Introdução, Veyret apresenta de imediato a noção de risco como a percepção por um indivíduo ou por um grupo social, do perigo, da catástrofe possível. Segundo ela, um grupo social ou profissional, uma comunidade ou uma sociedade apreende o risco por meio de representações mentais e passa a conviver com ele por intermédio de práticas específicas. Por isso mesmo, a percepção do perigo é historicamente determinada. Afirma Veyret que os riscos contemporâneos, tanto naturais quanto tecnológicos ou sociais, são tributários de um passado nem sempre conhecido e de escolhas políticas ou econômicas que só podem ser compreendidas no contexto de sua ocorrência. Portanto, os riscos e a percepção que se tem deles não podem ser enfocados sem que se considere o contexto que os produziu.

Prosseguindo em sua crítica, a autora distingue risco de catástrofe. O risco é a percepção de uma potencial catástrofe, não a catástrofe propriamente dita. Sua gestão é diferente, uma vez que implica em escolhas, em integração às políticas de organização do território, enfim, em ações preventivas sobre o espaço onde pairam as ameaças. Para isso, é fundamental que se definam normas de governança capazes de controlar os riscos que acompanham, sistematicamente, o processo de produção social de riquezas.

A análise evidencia que embora os riscos sejam percebidos e definidos desde a Renascença, hoje eles ocupam um lugar destacado nas sociedades ocidentais, que são muito mais vulneráveis a eles do que no passado. Tal vulnerabilidade se expressa, por exemplo, nas flutuações meteorológicas que produzem efeitos sobre o turismo, sobre o custo dos produtos

agrícolas, sobre o transporte. Muito embora os progressos científicos dos séculos passados tenham produzido a crença na possibilidade de se atingir a segurança total, com o desaparecimento da incerteza, o risco está em toda parte. Se houve um tempo em que catástrofes, como o terremoto de Lisboa de 1755, eram vistas como situações que não se repetiriam graças às ciências e às técnicas que possibilitariam a previsão e a prevenção das ações da natureza ao ser humano, hoje se constatam que justamente os avanços da ciência se mostram ameaçadores. Basta pensar nos perigos decorrentes da instalação de grandes complexos industriais ou nucleares, ou da produção de transgênicos.

Diante do caráter irredutível dos riscos, persiste Veyret, faz-se necessário integrá-los às diferentes práticas de gestão. Isso requer construir meios de identificar e calcular os danos eventuais considerados controláveis e de definir o papel dos atores sociais: os especialistas em avaliar o grau de gravidade, os políticos em fornecer respostas à sociedade civil; a sociedade civil em alertar os perigos, debater, fazer emergir negócios e estabelecer responsabilidades; as mídias em informar o grande público e ampliar mobilizações. A ação conjunta desses atores contribui para que se obtenha o maior número possível de informações que possibilitem apreender o risco. Cabe assim, estudar os riscos de modo a compreender as diferentes representações elaboradas sobre os mesmos, as relações dos atores com o território e as diversas escalas temporais e espaciais nas quais os riscos se situam.

Os três textos que sucedem à Introdução e que completam esse bloco são produções conjuntas de Yvette Veyret e Nancy de Richemond e versam sobre vulnerabilidade, representação, gestão expressão espacial e tipos de riscos. Segundo as autoras, o risco pode ser calculável, avaliável, previsível, ainda que expresso no âmbito de relações complexas. Para tal, há que abordá-lo não de forma determinista, considerando unicamente a avaliação quantitativa das conseqüências previsíveis de um acidente ou de uma crise, mas sim com uma abordagem

probabilista, fundada na avaliação quantitativa da possibilidade de uma crise ultrapassar certos limites. Tal enfoque permite que se avaliem os danos passíveis em alvos vulneráveis, como um patrimônio construído ou uma população. A vulnerabilidade, afirmam as autoras, revela a fragilidade de um sistema em seu conjunto e a capacidade de superar a crise provocada pelo acontecimento. Para reduzir a vulnerabilidade e diminuir os efeitos possíveis da crise, há que se ter o conhecimento dos processos e dispositivos adequados para enfrentá-la.

Veyret e Richemond afirmam que a estimativa do risco depende da maneira como as sociedades percebem a ocorrência de uma crise ou de uma catástrofe em seu cotidiano. Assim, não basta dispor de conhecimentos científicos e técnicos para se divisar a gravidade de um acontecimento potencial, as diferenças culturais pesam na apreciação do risco. É o que se pode constatar quando se olha para uma realidade como a vivida pela população de Quito, que considera as ravinas mais perigosas do que os terremotos e vulcões e permite que essas recebam mais atenção e recursos, embora as inundações originárias das ravinas ocasionem menos vítimas. Com esse exemplo as autoras expõem a importância das representações veiculadas sobre os riscos e a eficácia dos enunciados que podem manipular a percepção do perigo, dramatizando ou subestimando-o.

Ao final do bloco, um estudo pormenorizado da tipologia de riscos. Os riscos naturais são definidos como aqueles que são pressentidos, percebidos e suportados por um grupo social ou um indivíduo sujeito a ação possível de um processo físico como os terremotos, os desmoronamentos de solo e erupções vulcânicas, ou que podem ser resultado da ação de ciclones, de chuvas, de nevascas, de secas. Há ainda riscos decorrentes do impacto causado pela atividade humana, como a erosão do solo e a desertificação, os incêndios urbanos e florestais, a poluição do ar, da água e do solo. Os riscos industriais, por sua vez, aparecem associados às atividades de armazenamento de

produtos tóxicos, à produção e ao transporte de materiais perigosos. Também constitui fator de risco as disputas pelo acesso a certos recursos renováveis ou não, que se traduzem em conflitos latentes ou abertos, como se vê nas contendas pelas reservas de petróleo e de água. Quanto ao risco social, este é considerado como resultante da segregação da sociedade e da fragmentação urbana, que acarretam cada vez mais inseguranças. Esse tipo de risco se expressa na saúde, na qualidade dos produtos consumidos, na insuficiência alimentar, na utilização de drogas ilícitas.

Para as autoras, não há riscos de maior ou menor impacto. A diferença de denominação ente os riscos provém da maior ou menor mediação dos fatos, posto que riscos difusos como a desertificação, são menos espetaculares, embora mais traiçoeiros do que um acontecimento de efeitos imediatamente visíveis. No segundo bloco encontram-se textos de Jean-Claude Thouret, Luc Cambrézy e Pierre Janin e de Yannick Glemarec sobre riscos em países em desenvolvimento. Para os autores desse grupo, os países em desenvolvimento são mais vulneráveis do que os países ricos, porque marcados pelo grande crescimento demográfico, pela metropolização crescente e pela multiplicação de habitações precárias. Em tais países, os riscos naturais estão associados à urbanização acelerada, aos ambientes degradados, à fragilidade da capacidade de resposta e ao subdesenvolvimento.

Em se tratando da América Latina, afirma Thouret, terremotos, vulcões, desmoronamento do solo e cheias urbanas são alguns dos riscos presentes nessa parte da continente, mas a pobreza é o maior fator de risco. As práticas desregradadas de urbanismos disseminadas nessa região ampliam os efeitos de um acidente natural e fica difícil separar os riscos e catástrofes naturais dos riscos urbanos, industriais, tecnológicos e ecológicos, pois estes se imbricam e expressam a vulnerabilidade do espaço. Assim, a pobreza na América Latina está correlacionada com a degradação ambiental e constitui um triplo fator de risco ao meio ambiente. Primeiro, porque força as pessoas a viverem

em zonas menos caras, mas mais perigosas; segundo, porque domina as preocupações cotidianas das pessoas que não têm nem recursos econômicos nem tempo para preservar o meio ambiente; e terceiro, porque força o desbravamento e o desflorestamento para atender às necessidades fundamentais de aquecimento e alimentação. Diante desse quadro, a consciência dos riscos acaba por ser medíocre nos países da América Latina, uma vez que a ela se sobrepõe preocupações advindas de outros riscos, notadamente o dos conflitos sociais ligados ao modo de vida urbano. Conclui o autor que as políticas de controle e prevenção são escassas e mal aplicadas e a essa deficiência somam-se ainda a incerteza e o desfalecimento dos poderes públicos e o contexto das economias nacionais. Isso ocorre também porque os principais atores, especialmente os poderes públicos, não tomam parte ativa nas discussões que concernem à gestão dos riscos, de modo que, qualquer que seja o valor didático das recomendações, os administradores públicos mostram pouca capacidade para apropriarem-se das conclusões dos estudos de riscos. Em consequência disso, a necessidade de que tais países invistam em formas de envolver a população local na gestão dos riscos, de modo a encontrar soluções socialmente possíveis.

Na seqüência desse texto, Luc Cambrezy e Pierre Janin analisam o risco alimentar na África, os fatores determinantes dessa situação e a possível regulação desses riscos. Passo seguinte, a análise de Yannick Glemarec acerca dos riscos naturais como os ciclones e as inundações que assolam Bangladesh e o papel das instituições internacionais na elaboração e implementação de políticas de gestão integrada dos riscos naturais. Em comum aos dois textos, a preocupação dos autores em destacar a vulnerabilidade da população e dos equipamentos públicos desses lugares, o que resulta em enormes dificuldades para a prevenção e o domínio desses riscos.

O terceiro bloco de textos são análises dos riscos naturais e industriais nos países ricos. Veyret e Richemond abrem a seção examinando detalhadamente os planos de prevenção dos riscos

na França. Os riscos industriais e a regulamentação severa para as indústrias são tratados a seguir por Jacques Donze, que também se detém a examinar a singularidade da questão nuclear no país francês. Veyret e Richemond apresentam mais uma análise, agora em uma perspectiva comparativa, dos riscos que se colocam nos países europeus. Essas autoras destacam as principais leis concernentes à organização dos territórios e a diversidade de respostas encontradas para a gestão dos riscos naturais.

Ainda nesse bloco encontram-se estudos de Philippe Pelletier a respeito dos riscos naturais aos quais o Japão está exposto e as estratégias de manejo territorial que esse país adota. Esse capítulo chama particularmente a atenção, pois nele é apresentada a distinção da cultura japonesa no trato com os riscos naturais. Ali se vêem explicitadas as singularidades das representações sociais dos japoneses sobre os riscos naturais predominantes até décadas finais do século XX e as transformações socioculturais nas percepções da natureza e suas aléas. Tais representações se explicam uma vez que o risco natural não se coloca como tal para os japoneses, mas como parte integrante da natureza, uma vez que sua cultura não expressa, como a ocidental, a dicotomia homem/natureza.

Fechando o bloco, os estudos de Jacques Heude sobre os riscos naturais nos Estados Unidos e as políticas de gestão, seja na escala federal ou estadual, com realce para a articulação união, estados, condados e municipalidades, ancorada numa tradição de participação da sociedade civil. A preocupação do autor é em apresentar aos leitores o sistema de gestão dos riscos, expresso em programas de preparação para situações catastróficas e de reconstrução em face da inevitabilidade do acontecimento.

A quarta e última seção contém estudos de François Bost e Hervé Vieillard-Baron sobre os riscos econômicos e sociais. Nesta parte encontra-se uma profunda discussão sobre os efeitos multiplicadores da economia globalizada. Os riscos de unificação e homogeneização relativa dos modos de vida e consumo, a

destruição do emprego industrial e a migração maciça das indústrias para países de baixos salários são alguns exemplos trazidos para análise. Para os autores desse bloco, os estados são confrontados com problemas que demandam decisões difíceis e que podem repercutir tanto no futuro econômico quanto na estabilidade geopolítica. Os riscos em matéria de estratégias de desenvolvimento situam-se assim em uma tipologia que os governos devem enfrentar e que envolvem escolhas que ocorrem em função da natureza do regime político local e da especificidade de cada estado. Nesse momento, abre-se uma discussão sobre os riscos relacionados às grandes intervenções no território que, em função das transformações estruturais profundas que elas engendram em longo prazo, se fazem acompanhar por uma forte assunção de risco. É o que se passa, por exemplo, diante da implantação de grandes barragens hidroelétricas e das intervenções hidroagrícolas.

No que concerne aos riscos sociais, a formas segregacionistas de organização do espaço urbano e a insuficiência de atenção por parte dos setores públicos implicam no crescimento da insegurança, tratada como o risco social maior. Somados a isso se encontram os riscos sociais engendrados por ideologias totalitárias e o terrorismo, cujas conseqüências são incalculáveis.

Encerrando o tema, uma discussão sobre a gestão e o controle dos riscos sociais. Nesse momento Vieillard-Baron nos traz a seguinte indagação: Será que se nos assegurarmos individualmente contra todos os riscos imagináveis fortaleceremos nossa capacidade ulterior de viver em conjunto e de “nos relacionarmos” com os outros?

A resposta dada a ele para essa questão indica o contrário, pois insiste na importância da retomada dos princípios de solidariedade e de cidadania, da co-responsabilidade dos indivíduos em face aos perigos que nos ameaçam. Uma vez que é inegável que estamos a viver em uma sociedade de risco, controlar esses riscos requer a construção de outras formas de

viver a democracia e a cidadania, o que exige a co-responsabilidade dos indivíduos como cidadãos do mundo diante dos perigos que os ameaçam. Assim, a gestão dos riscos naturais, tecnológicos ou sociais solicita a multiplicação de atores e não pode ser colocada somente em termos técnicos ou estritamente securitários. As negociações devem envolver as agências mundiais, os governos dos estados, as empresas, associações ou grupos de pressão e a sociedade em geral, de modo a esclarecer os fatos que desencadeiam os riscos e determinar as condições para seu enfrentamento.

Como se pôde perceber, por todas essas questões, *Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente* é um livro imprescindível para todos interessados na questão ambiental.

Yvette Veyret (org.). Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007, 320 páginas.